



Anais da Assembléia

Nº 28

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

| | |
|----------------------|----------------------------------|
| PMDB - Governo | Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR |
| PFL | Deputado NELSON GARCIA |
| PDT | Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA |
| PTB | Deputado ERONDY SILVÉRIO |
| PSDB | Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI |
| PT | Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO |
| PL | Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO |
| PP | Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA |

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Jensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pedres de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattós do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA

ATA DA 2.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1994.

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Domingos Carvalho e Heinz Herwig.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, e Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Carlos Simões, Dalton Machuca, Élio Rusch, José Arthur Ritti, Mário Bezerra, Paulo Maia e Valderi Mendes Vilela (08). Em licença o Senhor Colombino Grassano (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 071/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/94. Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da administração direta e autárquica do Poder Executivo, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março de 1994, na forma das tabelas que constituem o Anexo Único desta lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..
C.F..

PROJETO DE LEI Nº 071/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março de 1994, na forma das tabelas que constituem o anexo desta lei, garantindo-se as seguintes disposições:

I - dividindo-se o valor nominal vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de competência, de acordo com o Anexo I da Medida Provisória nº 434/94; e

II - extraíndo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior.

Art. 2º - Os valores resultantes do contido no artigo anterior, ficam acrescidos de:

I - 26,65% (vinte e seis vírgula sessenta e cinco por cento) para os integrantes do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus;

II - 12,09% (doze vírgula zero nove por cento) para os integrantes das demais categorias funcionais.

Art. 3º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam, a partir de 01 de março de 1994, convertidos em URV, na forma dos incisos I e II, do artigo 1º inciso II do artigo 2º, desta Lei.

Art. 4º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada em 1.336,51 URV (um mil, trezentos e trinta e seis e cinquenta e uma unidades reais de valor), sendo 568,01 URV (quinhentos e sessenta e oito vírgula zero uma unidades reais de valor) de vencimento básico e 768,50 URV (setecentos e sessenta e oito

vírgula cinqüenta unidades reais de valor) de gratificação especial pelo exercício do cargo.

Art. 5º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em 0,75 URV (zero vírgula setenta e cinco unidade real de valor) e o valor das Pensões Especiais em 90,21 URV (noventa vírgula vinte e uma unidades reais de valor).

Art. 6º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado e 5,69 URV (cinco vírgula sessenta e nove unidades reais de valor).

Art. 7º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979 e o artigo 2º da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989, fica fixado em 1,00

URV (uma unidade real de valor).

Art. 8º - Fica estendida, a partir de 01 de março de 1994, a Gratificação de que trata o inciso II, artigo 7º, da Lei nº 10.710, de 28 de fevereiro de 1994, aos servidores integrantes do Quadro Geral do Estado, alocados e em efetivo exercício nos Hospitais Universitários de Maringá e Londrina, Pronto Socorro Odontológico da Clínica Odontológica da Universidade Estadual de Londrina, bem como aos valores básicos dos Plantões médicos e odontológicos realizados nesses locais.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.94

(a) PODER EXECUTIVO

VIGENCIA MARÇO DE 1994

TABELA I

EM URV

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

| PADRAO | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A | 90.21 | 93.82 | 97.58 | 101.40 | 105.54 | 109.76 | 114.15 | 118.72 | 123.47 | 128.40 | 133.54 |
| B | 99.24 | 103.21 | 107.33 | 111.63 | 116.09 | 120.74 | 125.57 | 130.59 | 135.81 | 141.24 | 146.87 |
| C | 109.16 | 113.53 | 118.07 | 122.79 | 127.70 | 132.81 | 138.12 | 143.65 | 149.39 | 155.37 | 161.58 |
| D | 120.00 | 124.88 | 129.87 | 135.07 | 140.47 | 146.09 | 151.93 | 158.01 | 164.33 | 170.91 | 177.74 |
| E | 132.00 | 137.37 | 142.86 | 148.58 | 154.52 | 160.70 | 167.13 | 173.81 | 180.77 | 188.00 | 195.52 |
| F | 145.29 | 151.10 | 157.15 | 163.43 | 169.97 | 176.77 | 183.84 | 191.19 | 198.84 | 206.80 | 215.07 |
| G | 171.44 | 178.30 | 185.43 | 192.85 | 200.57 | 208.59 | 216.93 | 225.61 | 234.63 | 244.02 | 253.78 |
| H | 212.59 | 221.09 | 229.94 | 239.14 | 248.70 | 258.65 | 269.00 | 279.75 | 290.95 | 302.58 | 314.67 |
| I-III | 372.90 | 387.81 | 403.33 | 419.46 | 436.24 | 453.69 | 471.83 | 490.71 | 510.34 | 530.75 | 551.98 |
| I-II | 430.32 | 447.54 | 465.44 | 484.06 | 503.42 | 523.56 | 544.50 | 566.28 | 588.93 | 612.49 | 636.98 |
| I-I | 496.59 | 516.46 | 537.12 | 558.60 | 580.94 | 604.18 | 628.35 | 653.48 | 679.62 | 706.81 | 735.08 |

B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

| PADRAO | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A | 67.66 | 70.37 | 73.18 | 76.11 | 79.15 | 82.32 | 85.61 | 89.04 | 92.60 | 96.30 | 100.15 |
| B | 74.43 | 77.40 | 80.50 | 83.72 | 87.07 | 90.55 | 94.17 | 97.94 | 101.86 | 105.93 | 110.17 |
| C | 81.87 | 85.14 | 88.55 | 92.09 | 95.78 | 99.61 | 103.59 | 107.74 | 112.04 | 116.53 | 121.11 |
| D | 90.06 | 93.66 | 97.41 | 101.30 | 105.35 | 109.57 | 113.95 | 118.51 | 123.25 | 128.18 | 133.31 |
| E | 99.06 | 103.02 | 107.15 | 111.43 | 115.89 | 120.52 | 125.35 | 130.36 | 135.57 | 140.90 | 146.44 |
| F | 108.97 | 113.33 | 117.86 | 122.58 | 127.48 | 132.58 | 137.88 | 143.40 | 149.13 | 155.10 | 161.33 |
| G | 128.58 | 133.73 | 139.08 | 144.64 | 150.42 | 156.44 | 162.70 | 169.21 | 175.97 | 183.01 | 190.33 |
| H | 159.44 | 165.82 | 172.45 | 179.35 | 186.53 | 193.99 | 201.75 | 209.82 | 218.21 | 226.94 | 236.01 |
| I-III | 279.67 | 290.86 | 302.49 | 314.59 | 327.18 | 340.27 | 353.88 | 368.03 | 382.75 | 398.06 | 413.97 |
| I-II | 322.74 | 335.65 | 349.08 | 363.04 | 377.56 | 392.67 | 408.37 | 424.71 | 441.70 | 459.36 | 477.77 |
| I-I | 372.45 | 387.34 | 402.84 | 418.95 | 435.71 | 453.14 | 471.26 | 490.11 | 509.72 | 530.11 | 551.33 |

C) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

| PADRAO | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| I-III | 279.67 | 290.86 | 302.49 | 314.59 | 327.18 | 340.27 | 353.88 | 368.03 | 382.75 | 398.06 | 413.97 |
| I-II | 322.74 | 335.65 | 349.08 | 363.04 | 377.56 | 392.67 | 408.37 | 424.71 | 441.70 | 459.36 | 477.77 |
| I-I | 372.45 | 387.34 | 402.84 | 418.95 | 435.71 | 453.14 | 471.26 | 490.11 | 509.72 | 530.11 | 551.33 |

TABELA II

EM URV

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIGENCIA: MARCO DE 1994

| NIVEL | VALOR |
|-------|--------|
| 01 | 21.251 |
| 02 | 21.671 |
| 03 | 22.101 |
| 04 | 22.551 |
| 05 | 23.001 |
| 06 | 23.461 |
| 07 | 23.931 |
| 08 | 24.411 |
| 09 | 24.891 |
| 10 | 25.391 |
| 11 | 25.901 |
| 12 | 26.421 |
| 13 | 26.951 |
| 14 | 27.481 |
| 15 | 28.031 |
| 16 | 28.591 |
| 17 | 29.171 |
| 18 | 29.751 |
| 19 | 30.351 |
| 20 | 30.951 |
| 21 | 31.571 |
| 22 | 32.201 |
| 23 | 32.851 |
| 24 | 33.501 |
| 25 | 34.171 |
| 26 | 34.861 |
| 27 | 35.551 |
| 28 | 36.271 |
| 29 | 36.991 |
| 30 | 37.731 |

VIGENCIA: MARCO DE 1994

TABELA III

EM URV

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SU -
PERIOR - DAS

| | |
|--------------------|--------|
| SIMBOLU DAS-1..... | 317.37 |
| DAS-2..... | 280.11 |
| DAS-3..... | 261.00 |
| DAS-4..... | 223.23 |
| DAS-5..... | 204.16 |

B - CARGOS EM COMISSAO

| | | |
|---------|-----------|--------|
| SÍMBOLO | 1-C..... | 131.75 |
| | 2-C..... | 121.68 |
| | 3-C..... | 112.32 |
| | 4-C..... | 103.75 |
| | 5-C..... | 97.53 |
| | 6-C..... | 91.67 |
| | 7-C..... | 86.17 |
| | 8-C..... | 81.00 |
| | 9-C..... | 76.14 |
| | 10-C..... | 71.57 |
| | 11-C..... | 68.00 |
| | 12-C..... | 64.00 |
| | 13-C..... | 61.37 |
| | 14-C..... | 58.50 |
| | 15-C..... | 55.38 |

C - FUNCAO GRATIFICADA

| | | |
|---------|-----------|------|
| SÍMBOLO | 1-F..... | 8.00 |
| | 2-F..... | 6.79 |
| | 3-F..... | 5.94 |
| | 4-F..... | 4.80 |
| | 5-F..... | 4.07 |
| | 6-F..... | 3.58 |
| | 7-F..... | 3.19 |
| | 8-F..... | 2.40 |
| | 9-F..... | 1.90 |
| | 10-F..... | 1.59 |

VIGENCIA MARCO DE 1994

TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

| REFER. | A-1 | B-2 | C-3 | D-4 | E-5 |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1 | 83.76 | 96.32 | 115.59 | 132.93 | 152.87 |
| 2 | 87.95 | 101.14 | 121.37 | 139.57 | 160.51 |
| 3 | 92.35 | 106.20 | 127.44 | 146.55 | 168.54 |
| 4 | 96.96 | 111.51 | 133.81 | 153.88 | 176.76 |
| 5 | 101.81 | 117.08 | 140.50 | 161.37 | 185.81 |
| 6 | 106.90 | 122.94 | 147.52 | 169.65 | 195.10 |
| 7 | 112.25 | 129.08 | 154.90 | 178.14 | 204.86 |
| 8 | 117.86 | 135.54 | 162.65 | 187.04 | 215.10 |
| 9 | 123.75 | 142.32 | 170.78 | 196.40 | 225.85 |
| 10 | 129.94 | 149.43 | 179.32 | 206.21 | 237.15 |
| 11 | 136.44 | 156.90 | 188.28 | 216.53 | 249.00 |

VIGILÂNCIA MARÇO DE 1994

TABELA VI
INSTITUTO DE SAÚDE DO PARANÁ

UNIV

| CLASSE | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A | 96,21 | 95,76 | 101,64 | 107,88 | 119,51 | 121,55 | 129,01 | 136,94 | 145,35 | 154,28 | 163,76 |
| B | 101,64 | 107,88 | 114,51 | 121,54 | 129,01 | 136,93 | 145,35 | 154,28 | 163,75 | 173,81 | 184,49 |
| C | 114,50 | 121,54 | 129,00 | 136,93 | 145,34 | 154,27 | 163,75 | 173,81 | 184,48 | 195,82 | 207,85 |
| D | 129,00 | 136,92 | 145,34 | 154,26 | 163,74 | 173,80 | 184,48 | 195,81 | 207,84 | 220,41 | 234,16 |
| E | 145,33 | 154,26 | 163,74 | 173,79 | 184,47 | 195,80 | 207,83 | 220,40 | 234,15 | 248,54 | 263,81 |
| F | 163,73 | 173,79 | 184,46 | 195,80 | 207,82 | 220,59 | 234,14 | 248,53 | 263,80 | 280,00 | 297,20 |
| G | 184,95 | 195,83 | 207,82 | 220,57 | 234,11 | 248,50 | 263,79 | 280,00 | 297,19 | 314,88 | 333,08 |
| H | 207,82 | 220,57 | 234,10 | 248,50 | 263,79 | 280,00 | 297,19 | 314,88 | 333,07 | 351,81 | 371,01 |
| I | 220,57 | 234,10 | 248,50 | 263,79 | 280,00 | 297,19 | 314,88 | 333,07 | 351,80 | 371,00 | 390,67 |
| J | 234,10 | 248,50 | 263,79 | 280,00 | 297,19 | 314,88 | 333,07 | 351,80 | 371,00 | 390,67 | 410,81 |
| K | 248,50 | 263,79 | 280,00 | 297,19 | 314,88 | 333,07 | 351,80 | 371,00 | 390,67 | 410,81 | 431,41 |
| L | 263,79 | 280,00 | 297,19 | 314,88 | 333,07 | 351,80 | 371,00 | 390,67 | 410,81 | 431,41 | 452,51 |
| M | 280,00 | 297,19 | 314,88 | 333,07 | 351,80 | 371,00 | 390,67 | 410,81 | 431,41 | 452,51 | 474,11 |
| N | 297,19 | 314,88 | 333,07 | 351,80 | 371,00 | 390,67 | 410,81 | 431,41 | 452,51 | 474,11 | 496,71 |
| O | 314,88 | 333,07 | 351,80 | 371,00 | 390,67 | 410,81 | 431,41 | 452,51 | 474,11 | 496,71 | 519,31 |
| P | 333,07 | 351,80 | 371,00 | 390,67 | 410,81 | 431,41 | 452,51 | 474,11 | 496,71 | 519,31 | 542,91 |
| Q | 351,80 | 371,00 | 390,67 | 410,81 | 431,41 | 452,51 | 474,11 | 496,71 | 519,31 | 542,91 | 567,51 |
| R | 371,00 | 390,67 | 410,81 | 431,41 | 452,51 | 474,11 | 496,71 | 519,31 | 542,91 | 567,51 | 592,11 |
| S | 390,67 | 410,81 | 431,41 | 452,51 | 474,11 | 496,71 | 519,31 | 542,91 | 567,51 | 592,11 | 617,71 |
| T | 410,81 | 431,41 | 452,51 | 474,11 | 496,71 | 519,31 | 542,91 | 567,51 | 592,11 | 617,71 | 643,31 |
| U | 431,41 | 452,51 | 474,11 | 496,71 | 519,31 | 542,91 | 567,51 | 592,11 | 617,71 | 643,31 | 669,91 |
| V | 452,51 | 474,11 | 496,71 | 519,31 | 542,91 | 567,51 | 592,11 | 617,71 | 643,31 | 669,91 | 696,51 |
| W | 474,11 | 496,71 | 519,31 | 542,91 | 567,51 | 592,11 | 617,71 | 643,31 | 669,91 | 696,51 | 723,11 |
| X | 496,71 | 519,31 | 542,91 | 567,51 | 592,11 | 617,71 | 643,31 | 669,91 | 696,51 | 723,11 | 750,71 |
| Y | 519,31 | 542,91 | 567,51 | 592,11 | 617,71 | 643,31 | 669,91 | 696,51 | 723,11 | 750,71 | 778,31 |
| Z | 542,91 | 567,51 | 592,11 | 617,71 | 643,31 | 669,91 | 696,51 | 723,11 | 750,71 | 778,31 | 806,91 |

TABELA DE QUALIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

| CL | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| DEA-68 | 840,63 | 776,71 | 717,65 | 663,08 | 612,65 | 566,07 | 523,02 | 483,25 | 446,58 | 412,55 | 381,18 | 352,19 | 325,41 | 300,67 | 277,80 |
| 68 | 420,32 | 388,35 | 358,82 | 331,54 | 306,33 | 283,03 | 261,51 | 241,63 | 223,25 | 206,28 | 190,59 | 176,10 | 162,71 | 150,33 | 138,90 |

V.B. 03/94 TABELA V
QUADRO UNICO
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA

| REFERENCIA | S/HABILIT. | REGIONAL. |
|------------|------------|-----------|
| 1 | 83.76 | 83.76 |
| 2 | 87.95 | 87.95 |
| 3 | 92.35 | 92.35 |
| 4 | 96.96 | 96.96 |
| 5 | 101.81 | 101.81 |
| 6 | 106.90 | 106.90 |
| 7 | 112.25 | 112.25 |
| 8 | 117.86 | 117.86 |
| 9 | 123.75 | 123.75 |
| 10 | 129.94 | 129.94 |
| 11 | 136.44 | 136.44 |

VIGENCIA: MARÇO DE 1994 TABELA VII
QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRAUO

| | |
|-----------------------------------|--------|
| LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS | 100.11 |
| LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS | 109.17 |
| LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS | 72.78 |
| LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS | 121.07 |
| LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS | 82.34 |
| LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS | 55.03 |
| NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS | 100.89 |
| NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS | 68.79 |
| NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS | 45.86 |

PROFESSORES CELETISTAS
VIGENCIA: MARÇO DE 1994

TABELA VIII -

| ESPECIFICACAO | TIPO DE HABILITACAO | VALOR DA HORA/AULA |
|-------------------------------|------------------------|--------------------|
| REGENTE DE 5a./8a. e 2o. GRAU | LICENCIATURA PLENA | 1.37 |
| | LICENCIATURA CURTA | 1.72 |
| | NAO LICENCIADO | 1.18 |
| ESPECIFICACAO | TIPO DE HABILITACAO | SALARIO |
| REGENTE DE CLASSE 1a./4a. | MAGISTERIO DE 2o. GRAU | 92.35 |

TABELA XI

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

PILOTOS

EM UNV

| NÍVEL CLASSE | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A | 578.00 | 595.34 | 613.20 | 631.59 | 650.54 | 670.06 | 690.16 | 710.86 | 732.19 | 754.16 | 776.78 |
| B | 511.50 | 526.05 | 542.65 | 558.93 | 575.70 | 592.97 | 610.76 | 629.08 | 647.96 | 667.40 | 687.42 |
| C | 452.66 | 466.24 | 480.22 | 494.63 | 509.47 | 524.75 | 540.50 | 556.71 | 573.41 | 590.61 | 608.33 |
| D | 400.58 | 412.60 | 424.98 | 437.73 | 450.86 | 464.38 | 478.32 | 492.66 | 507.44 | 522.67 | 538.35 |
| E | 348.31 | 358.76 | 369.52 | 380.61 | 392.03 | 403.79 | 415.90 | 428.38 | 441.23 | 454.47 | 468.10 |

| CLASSE | VALOR DE HORA/ VOD DIURNA | VALOR DE HORA/ VOD NOTURNA |
|--------|------------------------------|-------------------------------|
|--------|------------------------------|-------------------------------|

| | | |
|----------|------|-------|
| A, B e C | 7.30 | 11.59 |
| D | 3.79 | 8.01 |

TABELA XII

EM UNV

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

| | |
|-----------------------------|--------|
| ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE | 272.25 |
| ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE | 258.04 |
| ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE | 245.71 |
| ADVOGADO DE QUARTA CLASSE | 233.42 |
| ADVOGADO DE QUINTA CLASSE | 221.75 |

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

TABELA XIII

TABELA SALARIAL DO BALLE TEATRO GUARÁ

EM LRV

| CLASSE | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A | 279.67 | 290.86 | 302.49 | 314.59 | 327.18 | 340.27 | 353.88 | 368.03 | 382.75 | 398.06 | 413.98 |
| B | 324.42 | 337.40 | 350.89 | 364.93 | 379.53 | 394.71 | 410.50 | 426.92 | 443.99 | 461.75 | 480.22 |
| C | 376.33 | 391.38 | 407.04 | 423.32 | 440.25 | 457.86 | 476.18 | 495.22 | 515.03 | 535.63 | 557.06 |

TABELA DE PROFESSORES E PLANISTAS - VALOR MÍNIMO ANUAL

| CARGO | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| PIAN/26 | 1.74 | 1.83 | 1.92 | 2.02 | 2.12 | 2.23 | 2.34 | 2.45 | 2.58 | 2.71 | 2.84 |
| PROF 38R | 2.18 | 2.29 | 2.40 | 2.52 | 2.65 | 2.78 | 2.92 | 3.07 | 3.22 | 3.38 | 3.55 |

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

TABELA XIV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ

EM LRV

| CLASSE | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A | 279.67 | 290.86 | 302.49 | 314.59 | 327.18 | 340.27 | 353.88 | 368.03 | 382.75 | 398.06 | 413.98 |
| B | 376.33 | 391.38 | 407.04 | 423.32 | 440.25 | 457.86 | 476.18 | 495.22 | 515.03 | 535.63 | 557.06 |

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

TABELA XV

EM URV

QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

| C A R G O S | VENCIMENTOS | | | | |
|-----------------|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 1a CLASSE | 2a CLASSE | 3a CLASSE | 4a CLASSE | 5a CLASSE |
| MEDICO LEGISTA | 336.681 | 311.741 | 288.651 | 267.27 | |
| PERITO CRIMINAL | 336.681 | 311.741 | 288.651 | 267.27 | |
| QUIMICO LEGAL | 336.681 | 311.741 | 288.651 | 267.27 | |
| TOXICOLOGISTA | 336.681 | 311.741 | 288.651 | 267.27 | |

TABELA XVI

EM URV

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

QUADRO DA POLICIA CIVIL

| C A R G O S | VENCIMENTOS | | | | |
|--------------------------|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 1a CLASSE | 2a CLASSE | 3a CLASSE | 4a CLASSE | 5a CLASSE |
| ESCRIVAO DE POLICIA | 187.001 | 173.161 | 160.341 | 148.471 | - |
| INVESTIGADOR DE POLICIA | | | | | 99.5 |
| DACTILOSCOPISTA | 137.941 | 127.31 | 118.271 | 109.511 | - |
| TECNICO TELEC. POLICIAL | | | | | |
| TECNICO MANUT. POLICIAL | 114.951 | 109.481 | 104.271 | 99.301 | - |
| OPERADOR TELEC. POLICIAL | 103.181 | 98.271 | 93.591 | 89.131 | - |
| IDENTIF. DACTILOSCOP. | | | | | |
| AUXILIAR MANUT. POLICIAL | | | | | |
| AUXILIAR DE NECROPSIA | | | | | |
| PERITO POLICIAL | 172.611 | | | | |
| COMISSARIO | 187.001 | | | | |

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

EM URV

TABELA XVII
QUADRO DA POLICIA MILITAR

FUNCAO DE NIVEL DE APERFEICOAMENTO SUPERIOR

POSTO/GRADUACAO

S O L D O

CORONEL

379.161

TENENTE-CORONEL

341.241

MAJOR

322.561

FUNCAO DE NIVEL SUPERIOR

CAPITAO

268.931

10. TENENTE

237.481

20. TENENTE

205.761

ASP. A OFICIAL

171.261

FUNCAO DE NIVEL ACADEMICO

ALUNO DE 30. ANO

109.381

ALUNO DE 20. ANO

96.801

ALUNO DE 10. ANO

91.331

FUNCAO DE NIVEL TECNICO

SUBTENENTE

111.251

10. SARGENTO

105.681

20. SARGENTO

103.011

30. SARGENTO

97.261

FUNCAO DE NIVEL MEDIO

CABO

91.871

SOLDADO 12. CLASSE

88.891

TABELA XVIII

TABELA DE PROCURADOR DO ESTADO
VIGENCIA: MARCO DE 1994

EM URV

| | |
|--------------------------|--------|
| PROCURADOR DE 1A. CLASSE | 470.25 |
| PROCURADOR DE 2A. CLASSE | 440.00 |
| PROCURADOR DE 3A. CLASSE | 396.00 |
| PROCURADOR DE 4A. CLASSE | 356.40 |
| PROCURADOR DE 5A. CLASSE | 320.76 |

TABELA XIX

TABELA DE DELEGADO DE POLICIA
VIGENCIA: MARCO DE 1994

EM URV

| | |
|------------------------|--------|
| DELEGADO DE 1A. CLASSE | 440.00 |
| DELEGADO DE 2A. CLASSE | 396.00 |
| DELEGADO DE 3A. CLASSE | 356.40 |
| DELEGADO DE 4A. CLASSE | 320.76 |

VIGENCIA: MARCO DE 1994

TABELA XX
ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

EM URV

| NIVEL | A | B | C | D | E | F | G |
|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 100 | 293.56 | 303.14 | 313.07 | 323.36 | 334.04 | 345.11 | 356.58 |
| 101 | 323.36 | 333.91 | 344.85 | 356.19 | 367.95 | 380.14 | 393.61 |
| 102 | 356.58 | 368.21 | 380.27 | 392.78 | 405.75 | 419.19 | 434.08 |
| 103 | 393.61 | 406.45 | 419.76 | 433.57 | 447.88 | 462.72 | 480.09 |
| 104 | 434.88 | 449.07 | 463.78 | 479.03 | 494.84 | 511.24 | 531.31 |
| 105 | 480.09 | 497.36 | 514.45 | 532.16 | 550.49 | 569.44 | 589.32 |
| 106 | 531.31 | 549.64 | 566.61 | 585.25 | 604.57 | 624.60 | 653.04 |
| 107 | 589.32 | 608.11 | 613.13 | 625.37 | 637.90 | 650.66 | 663.63 |
| 108 | 653.04 | 673.90 | 699.52 | 724.05 | 749.49 | 775.87 | 803.21 |
| 109 | 663.67 | 680.27 | 697.27 | 714.70 | 739.72 | 765.61 | 792.40 |
| 110 | 803.21 | 811.25 | 819.36 | 827.55 | 835.83 | 844.19 | 852.63 |

VIGENCIA: MARCO DE 1994

CARGOS DE CONFIANCA

| CARGOS CONF. | VALOR |
|--------------|--------|
| 10 | 903.21 |
| 9 | 663.67 |
| 8 | 653.04 |
| 7 | 589.32 |
| 6 | 531.31 |
| 5 | 480.09 |
| 4 | 434.88 |
| 3 | 393.61 |
| 2 | 356.58 |
| 1 | 323.36 |

VIGENCIA: MARCO DE 1994

FUNCOES GRATIFICADAS

| F.G. | VALOR |
|------|--------|
| 10 | 341.05 |
| 9 | 298.42 |
| 8 | 255.79 |
| 7 | 213.16 |
| 6 | 200.80 |
| 5 | 160.64 |
| 4 | 147.33 |
| 3 | 117.86 |
| 2 | 72.13 |
| 1 | 48.09 |

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

TABELA XXI

EM URV

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGÁ E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALÁRIOS - PUCS

PLANO 2

| NÍVEL | A | B | C | D | E | F | G |
|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 201 | 155.13 | 161.33 | 167.79 | 174.50 | 181.48 | 188.74 | 196.29 |
| 202 | 165.38 | 169.09 | 172.87 | 176.73 | 180.66 | 184.67 | 188.77 |
| 203 | 176.29 | 180.21 | 184.22 | 188.30 | 192.47 | 196.72 | 201.05 |
| 204 | 188.77 | 192.94 | 197.20 | 201.55 | 205.98 | 210.50 | 215.11 |
| 205 | 221.05 | 225.47 | 229.98 | 234.58 | 239.27 | 244.06 | 248.94 |
| 206 | 235.11 | 239.81 | 244.60 | 249.50 | 254.49 | 259.58 | 264.77 |
| 207 | 248.94 | 253.92 | 259.00 | 264.18 | 269.46 | 274.85 | 280.35 |
| 208 | 264.77 | 270.06 | 275.46 | 280.97 | 286.59 | 292.32 | 298.17 |
| 209 | 280.35 | 285.95 | 291.67 | 297.51 | 303.46 | 309.53 | 315.72 |
| 210 | 298.17 | 304.13 | 310.22 | 316.42 | 322.75 | 329.21 | 335.79 |
| 211 | 315.72 | 322.03 | 328.47 | 335.04 | 341.74 | 348.58 | 355.55 |
| 212 | 342.39 | 354.84 | 367.61 | 381.22 | 395.33 | 409.95 | 425.04 |
| 213 | 381.26 | 395.28 | 409.87 | 425.04 | 440.83 | 457.25 | 474.34 |

VIGENCIA: MARÇO DE 1994

TABELA XXII

EM URV

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGÁ E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALÁRIOS - PUCS

PLANO 3

| NÍVEL | A | B | C | D | E | F | G |
|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 301 | 155.13 | 161.33 | 167.79 | 174.50 | 181.48 | 188.74 | 196.29 |
| 302 | 183.02 | 186.68 | 190.42 | 194.22 | 198.11 | 202.07 | 206.11 |
| 303 | 196.29 | 199.53 | 202.82 | 206.17 | 209.57 | 213.03 | 216.54 |
| 304 | 206.11 | 209.51 | 212.97 | 216.48 | 220.06 | 223.69 | 227.38 |
| 305 | 216.54 | 220.11 | 223.74 | 227.44 | 231.19 | 235.00 | 238.88 |
| 306 | 227.38 | 231.13 | 234.94 | 238.82 | 242.76 | 246.77 | 250.84 |
| 307 | 238.88 | 242.82 | 246.83 | 250.90 | 255.04 | 259.25 | 263.53 |
| 308 | 250.84 | 254.98 | 259.18 | 263.46 | 267.81 | 272.23 | 276.72 |
| 309 | 263.53 | 267.88 | 272.30 | 276.79 | 281.36 | 286.00 | 290.72 |
| 310 | 276.72 | 281.28 | 285.92 | 290.64 | 294.71 | 298.84 | 303.10 |
| 311 | 290.72 | 297.40 | 304.24 | 311.55 | 319.02 | 326.68 | 334.29 |
| 312 | 303.10 | 313.12 | 323.51 | 334.29 | 345.47 | 357.29 | 369.11 |
| 313 | 334.29 | 345.47 | 357.06 | 369.09 | 381.56 | 394.62 | 407.92 |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 071/94

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 020/94, o Projeto de Lei em análise, dispõe sobre a conversão em Unidade Real de Valor (URV), a partir de 01 de março de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9198, de 18/01/90, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica.

Procedida a análise constitucional e legal, a matéria encontra-se justificada nas razões que acompanha a Mensagem, inexistindo qualquer óbice à sua normal tramitação.

Nestas condições, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - RelatorCOMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 071/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 020/94, o Projeto de Lei em análise, dispõe sobre a conversão em Unidade Real de Valor (URV), a partir de 01 de março de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9198, de 18/01/90, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica.

Sobre a matéria já existe parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que pudesse obstar sua normal tramitação.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Luiz Carlos Zuk - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós estamos discutindo a Mensagem nº 020/94, de autoria do Poder Executivo, que propõe a pequena reposição das perdas salariais dos servidores.

Nós gostaríamos de fazer uma análise desse projeto, já começando pela Mensagem

do Senhor Governador. Diz o Senhor Governador que a medida constituída do plano de lei ora proposto consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento e retrata grande esforço do Governo do Estado em manter a remuneração dos servidores públicos nos melhores níveis possíveis. Quer dizer, o Governo do Estado está fazendo um grande esforço para manter a remuneração dos servidores.

Num outro momento do seu texto diz que considerando que os salários convertidos em URV, pela média dos quatro meses anteriores, é menos benéfica ao servidor público do que a simples conversão dos valores vigentes em fevereiro de 94, decide propor a conversão dos vencimentos do funcionalismo estadual na forma do anexo do projeto de lei. Quer dizer, reconhece que se convertido pela média, seria menos benéfica.

Eu diria que não seria menos benéfica, seria catastrófico, pois acumularia uma perda muito grande. E propõe ainda um reajuste diferenciado para o 1º e 2º graus e um reajuste em relação aos demais servidores. E também a sua Mensagem, depois lendo o corpo da lei, ele propõe a extensão da gratificação aos hospitais universitários de Maringá, Londrina e Pronto-Socorro Odontológico, e a Clínica Odontológica da Universidade Estadual de Londrina.

Pois bem, esta emenda já tinha sido apresentada no mês anterior, no mês passado, pela Deputada Emilia Belinati, da qual o Presidente desta Casa não aceitou, autoritariamente, a emenda proposta. E agora o Governo incorpora, digo autoritariamente, porque não cabe ao Presidente da Assembleia aceitar ou deixar de aceitar emendas.

Feita esta análise da Mensagem, da justificativa, vamos em si ao corpo da lei.

Quando nós pegamos no artigo 1º, nós lemos o artigo 1º e seus dois incisos e concluímos que o Governo do Estado fez justamente o cálculo pela média para transformação em URV. A partir deste cálculo, o Governo acrescenta 26,65 para os integrantes do magistério público estadual de 1º e 2º graus e 12,9% para os demais servidores. Quer dizer, primeiro converte pela média, contrariando o próprio discurso do Senhor Governador, o discurso nos meios de comunicação criticando o plano de Fernando Henrique Cardoso, dizendo que acarreta perda salarial e faz a mesma coisa no servidor. Para dizer que repõe e perda, acrescenta depois o artigo 2º com índices diferenciados, desrespeitando a Constituição. Tal projeto é inconstitucional, porque dá diferença salarial para os servidores.

Se o Senhor Governador quer realmente transformar o salário pelo pico e provavelmente a sua assessoria não sabe fazer ou não quer fazer, ele poderia fazer estudos, visando reduzir ao máximo possível estas perdas. No entanto, ele não fez. Ele fez pela média. Que ele fizesse pela URV de fevereiro e para repor as perdas salariais acumuladas ao longo da gestão de Roberto Requião, que não são poucas essas perdas acumuladas, aí poderia, no artigo 2º, atender essas exigências, exigências legais até, porque não podem ter perda salarial os trabalhadores, e inclusive moral para quem fica fazendo discurso contra o achatamento salarial da classe trabalhadora.

Portanto, esta é a nossa posição, posição política do PT, uma crítica à política salarial do Governo do Estado, que mês após mês o que ele faz é o acúmulo das perdas de salários aos servidores públicos do Estado. E aquilo que é apresentado como emenda pela Bancada da Oposição, no mês seguinte é incorporado com o grande discurso progressista do Senhor Governador, quando poderia já ter sido votado isto aqui no mês anterior e terem sido atendidas as exigências legais daquele momento e terem sido atendidas as exigências desses funcionários que hoje são massacrados por um péssimo salário pago pelo Poder Executivo, hoje diria por todas as instituições públicas do Governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto 71/94. **Aprovado.**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/94, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. O vencimento básico mensal da Procuradoria-Geral de Justiça fica fixado, a partir de 1º de março de 1994, em 495,00 URV's (quatrocentas e noventa e cinco Unidades Reais de Valor). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 19, de 16.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ANTEPROJETO DE LEI Nº 072/94

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, oriunda da Procuradoria Geral de Justiça, através do Ofício nº 0152/94, de 16 de março do corrente, fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de seu titular, a partir de 1º de março de 1994, convertido em Unidade Real de Valor - URV, conforme dispõe a Medida Provisória nº 434/94.

A matéria em exame está em consonância com o dispositivo 127, § 2º da Constituição Federal, bem como com os arts. 65 e 114, § 2º da Carta Estadual, atendendo ainda aos aspectos legal, jurídico e de

técnica legislativa, pelo que merece parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 072/94

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, através do Ofício nº 152/94, tem por finalidade, fixar os vencimentos básicos mensais do cargo de seu titular, a partir de 1º de março de 1994, convertidos em Unidade Real de Valor - URV, conforme especifica.

A proposta foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável pela aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão de Finanças, seguimos o entendimento da Comissão supracitada, opinando pelo parecer favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/94, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV. No dia 1º de março de 1994, na forma das tabelas que constituem o anexo único desta lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 19, de 16.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 073/94

P A R E C E R:

De autoria da Procuradoria Geral de Justiça, o Projeto de Lei nº 073/94, que trata dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissões e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 1º de março de 1994, na forma das tabelas que consta.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 073/94

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, dispõe que os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 1° de março de 1994, na forma das tabelas que constituem o Anexo Único desta lei, conforme especifica.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 079/94, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, converte, conforme especifica, a partir de 1° de março de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 079/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 1° de

março de 1994, conforme Tabelas anexas à presente Lei, garantindo-se as seguintes disposições:

I - dividindo-se o valor nominal vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais equivalentes em URV do último dia do mês de competência, de acordo com o Anexo I da Medida Provisória n° 434/94; e

II - extraíndo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior.

Art. 2° - Os valores resultantes do contido no artigo anterior, ficam acrescidos de 12,09% (doze vírgula zero nove por cento).

Art. 3° - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam, a partir de 1° de março de 1994, convertidos em URV, na forma dos incisos I e II, do artigo 1° e artigo 2°, desta Lei.

Art. 4° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em 0,75 URV (zero vírgula setenta e cinco unidade real de valor).

Art. 5° - Os valores da Gratificação de Produtividade ficam, a partir de 1° de março de 1994, convertidos em URV, na forma dos incisos I e II, do artigo 1° e artigo 2°, desta Lei.

Art. 6° - O abono concedido pela Lei n° 10.465, de 08/10/93, aos ocupantes dos cargos efetivos de níveis 08, 09, 10, 11 e 12, fica fixado em 9,54 URV (nove vírgula cinquenta e quatro unidades reais de valor).

Art. 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.94

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

A N E X O I

T A B E L A I
*** CARGOS EFETIVOS

| NIVEL | URV |
|-------|--------|
| 1 | 184,13 |
| 2 | 167,39 |
| 3 | 152,17 |
| 4 | 146,32 |
| 5 | 133,02 |
| 6 | 124,31 |
| 7 | 120,51 |
| 8 | 75,73 |
| 9 | 68,63 |
| 10 | 61,53 |
| 11 | 54,43 |
| 12 | 47,33 |

T A B E L A II
ASSESSORES JURÍDICOS
CARGOS EFETIVOS

| CLASSE | URV |
|--------|--------|
| I | 242,83 |
| II | 228,44 |
| III | 213,68 |

T A B E L A III
SERVENTIA DA JUSTIÇA (Lei nº 10.237/92)

| NIVEL | URV |
|-------|--------|
| 1 | 252,75 |
| 2 | 237,59 |
| 3 | 222,42 |
| 4 | 207,26 |
| 5 | 192,10 |
| 6 | 185,66 |
| 7 | 172,77 |
| 8 | 125,65 |
| 9 | 113,87 |
| 10 | 102,09 |
| 11 | 77,77 |
| 12 | 73,10 |
| 13 | 68,44 |

T A B E L A IV
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| NIVEL | URV |
|-------|--------|
| 1 | 249,68 |
| 2 | 226,97 |
| 3 | 206,32 |
| 4 | 187,56 |
| 5 | 170,51 |
| 6 | 142,10 |
| 7 | 118,42 |
| 8 | 100,97 |
| 9 | 87,80 |
| 10 | 76,35 |
| 11 | 72,71 |
| 12 | 69,25 |

TABELA V
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE ALÇADA

| NIVEL | URV |
|-------|--------|
| 1 | 187,39 |
| 2 | 178,46 |
| 3 | 169,97 |
| 4 | 161,87 |
| 5 | 154,17 |
| 6 | 148,20 |
| 7 | 139,05 |
| 8 | 129,59 |
| 9 | 126,38 |
| 10 | 114,89 |
| 11 | 104,45 |

A N E X O II

T A B E L A I
CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

| SIMBOLO | URV |
|---------|--------|
| DAS-1 | 317,37 |
| DAS-2 | 280,11 |
| DAS-3 | 261,06 |
| DAS-4 | 223,23 |
| DAS-5 | 204,16 |

T A B E L A II
CARGOS EM COMISSÃO

| SIMBOLO | URV |
|---------|--------|
| 1-C | 131,75 |
| 2-C | 121,68 |
| 3-C | 112,32 |
| 4-C | 103,75 |
| 5-C | 97,53 |
| 6-C | 91,67 |

T A B E L A III
FUNÇÕES GRATIFICADAS

| SIMBOLO | URV |
|---------|------|
| 1-F | 8,00 |
| 2-F | 6,79 |
| 3-F | 5,99 |
| 4-F | 4,81 |
| 5-F | 4,39 |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 079/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. n° 215/94, tem por finalidade converter, a partir de 1° de março de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

Por não existir óbices de natureza constitucional legal e regimental, somos pela aprovação da proposição em tela.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 079/94

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 079/94, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. n° 215/94, que objetiva converter em Unidade Real de Valor - URV, a partir de 1° de março de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

A proposta foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se pela aprovação da mesma.

Na competência desta Comissão de Finanças, conforme art. 33, § 3° do Regimento Interno, temos que nada impede que o presente plano de lei mereça a aprovação dos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 089/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. As tabelas de vencimentos do cargo isolado de consultor técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março de 1994, na forma das tabelas que constituem o Anexo Único desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 24, de 22.03.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 089/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria

Curitiba, quinta, em 24.03.94

do Tribunal de Contas do Estado - Ofício n° 429/94, objetiva converter em Unidade Real de Valor - URV, as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no dia 01 de março de 1994, conforme especifica.

Procedida a análise constitucional e regimental da matéria, inexistente qualquer óbice à sua normal tramitação.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 089/94

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 089/94, de autoria do Tribunal de Contas, tem por finalidade converter em Unidade Real de Valor - URV, as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no dia 01 de março de 1994, conforme especifica.

A proposta foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma.

Na competência desta Comissão de Finanças conforme art. 33, § 3° do Regimento Interno, temos que nada impede que o presente Plano de Lei mereça a aprovação dos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 090/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O vencimento básico mensal dos cargos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e Auditores, ativos e inativos, ficam convertidos em unidade real de valor-URV, no dia 01 de março de 1994, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 24, de 22.03.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 090/94

P A R E C E R:

A matéria em análise é de autoria do Tribunal de Contas, através do Ofício n° 430/94, e objetiva converter em Unidade

Real de Valor - URV, no dia 01/03/94, o vencimento básico mensal dos cargos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e Auditores, ativos e inativos.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, nada encontramos que obste à sua normal tramitação.

Nestas condições, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 090/94

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do Tribunal de Contas, através do Ofício n° 430/94, objetiva converter em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março de 1994, o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e Auditores, ativos e inativos.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

Desta forma, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 091/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 021/94. Fica aberto um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699 de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 47.296.557.000,00 (quarenta e sete bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil cruzeiros reais), conforme Anexo I e II desta lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 25, de 22.03.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 091/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 021/94, o projeto de lei em epígrafe, objetiva aprovar crédito especial ao Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1994.

Procedida a análise constitucional e legal, a matéria encontra-se justificada, inexistindo qualquer óbice à sua normal

tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, manifestamos nosso parecer favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Em votação

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, sobre esta matéria tem requerimento solicitando o adiamento da votação?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não existe requerimento. Esse projeto, tendo em vista o aprovado na Sessão de ontem, terá o seu parecer oferecido em Comissão Geral deste Plenário. Designamos para relatar essa matéria o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O presente projeto de lei visa um acordo que foi feito pela Comissão de Orçamento com o Governo, visa cobrir em seu valor total as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados. Todas elas não tinham como ser acobertadas em seu valor, porque não existiam recursos no Orçamento. E para que pudesse executar durante este ano, as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados, foi negociado com o Governo a apresentação desse projeto de lei para que então esta Assembléia tivesse as suas emendas aprovadas e executadas durante este ano.

Nós demos parecer favorável para que este projeto de lei seja aprovado por esta Assembléia, porque é a primeira vez que aqui teremos um projeto de lei de suplementação de verbas que atenda, única e exclusivamente, emendas apresentadas pelos Senhores Deputados. Por isso, somos favoráveis que esse projeto de lei seja aprovado nesta Sessão.

Era nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Está em discussão o parecer em Comissão Geral do Deputado Heinz Herwig ao Projeto 091/94.

O SR. DR. ROSINHA (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ouvindo atentamente o parecer dado pelo Deputado Heinz Herwig e analisando o projeto em tela, nós podemos dizer que se não é questionável politicamente, que nós entendemos que também o é, tecnicamente é insuficiente o parecer dado para que obtenha a aprovação desse Plenário. Tal projeto chegou

na data de ontem, dia 23. Demanda uma análise de emenda por emenda de cada Secretaria ou Órgão do Estado. Dito isto, também essa análise vem analisar no sentido de observar qual é a natureza da despesa, qual é o montante da despesa e a partir daí, passar a discutir quais as necessidades de suplementação. Isso não dá para ser feito assim rapidamente num relatório de uma plenária. É necessário que seja feita reunião com técnicos do próprio orçamento do Estado, para ver no que implicam as despesas, qual o montante dela e qual a capacidade de atendimento dessas despesas, porque ao fazer essa análise, nós podemos constatar que esses 47 bilhões é praticamente a metade do que chegou proposto no orçamento de maio, antes da correção.

Então, nós achamos que o relator, na parte técnica, fez uma análise que deixa a desejar, não dando subsídio para ser aprovado este relatório.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o parecer.

Coloco em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao relator, Heinz.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de dizer aos colegas e ao Deputado Rosinha que na análise deste projeto de lei, só foi considerado e foi achado conforme, porque todas as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados são corretas.

Nós não analisamos que alguma emenda de algum Deputado não pudesse ser correta, porque o projeto de lei visa apenas cobrir o custo das emendas apresentadas pelos Senhores Deputados. Não tem nenhuma emenda que não seja de algum outro projeto que não seja dos Senhores Deputados. Visam apenas cobrir o custo das emendas apresentadas pelos Senhores Deputados. Esta é a primeira vez que se apresenta a esta Assembleia, projeto de lei nesse sentido. Normalmente visam aumentar recursos, aumentar despesas de alguma Secretaria. Esse não. É um projeto de lei que visa apenas cobrir o custo das emendas apresentadas pelos Senhores Deputados. Por isso somos favoráveis e achamos que é uma prerrogativa dos Deputados apresentarem emendas e essas emendas visam o bem da população do Paraná.

Somos favoráveis a que esse projeto de lei seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o parecer. Os Senhores

Deputados que aprovam o parecer do Deputado Heinz, permaneçam como estão.

Aprovado, com o voto contrário do Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. RENATO ADUR - Solicito chamada nominal.

O SR. NEREU MOURA - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Domingos Carvalho) (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, nós dispensamos a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Tendo em vista a manifestação do Senhor Deputado Renato Adur e Deputado Nereu Moura...

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, requereio chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Prossegue a chamada nominal, sem interrupções.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Domingos Carvalho) - (Prossegue com a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NEIVO BERALDIN - (Pela Ordem) - Atendendo o apelo dos nossos amigos Nilton Barbosa e Renato Adur eu retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Solicito aos Senhores Deputados que retomem os seus lugares para que nós possamos proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o parecer do Deputado Heinz queiram levantar-se. Vinte e nove aprovam. Os que rejeitam queiram levantar-se. Nenhum rejeita. Está aprovado o parecer.

Está em discussão. Em votação, o Projeto 091/94. Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Com o voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da

presente, com a seguinte

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
071 a 073, 079, e 089 a 091/94.

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a sessão.